



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nilto Tatto - PT/SP

Apresentação: 03/08/2020 15:10 - Mesa

RIC n.939/2020

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Nilto Tatto, Patrus Ananias, João Daniel, Valmir Assunção e Marcon)

Solicita informações ao Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente sobre as operações de combate ao desmatamento, realizadas nos últimos 5 anos no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, sobre as operações de combate ao desmatamento, realizadas nos últimos 5 anos, em todos os biomas brasileiros.

JUSTIFICAÇÃO

A ONG Human Rights Watch denunciou, no dia 25 de maio do corrente ano, que o governo federal está, na prática, sabotando o trabalho dos fiscais do Ibama. De acordo com a reportagem, apenas cinco multas por crimes ambientais foram aplicadas desde outubro de 2019, depois de um decreto do presidente Jair Bolsonaro criar novos procedimentos para a cobrança das multas.

Ao mesmo tempo, os alertas em tempo real do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram um aumento de 53% na área desmatada na região amazônica, entre outubro de 2019 e abril de 2020, comparado com os alertas no mesmo período anterior.

"Os agentes ambientais têm trabalhado com afinco – frequentemente expondo-se a riscos consideráveis – para fazer cumprir o Estado de Direito

Documento eletrônico assinado por Nilto Tatto (PT/SP), através do ponto SDR_56382, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



e as leis ambientais do Brasil, mas veem seus esforços sabotados pelo governo Bolsonaro", disse a diretora da Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu.

Com medidas contrárias ao meio ambiente, o governo de Bolsonaro permite que redes criminosas intensifiquem tanto o desmatamento ilegal na Amazônia quanto as ameaças e violência contra aqueles que se colocam em seu caminho, incluindo agentes do IBAMA, indígenas, pequenos agricultores e outros, como documentado pela Human Rights Watch e outras organizações.

Essas medidas vão contra as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil e contra sua própria Constituição, que reconhece o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O sistema interamericano de direitos humanos, cujas decisões são vinculantes para o Brasil, sustentou que as obrigações dos Estados de garantir um meio ambiente saudável exigem proteção aos componentes do meio ambiente, como as florestas, os rios e os mares.

Por outro lado, de acordo com notícias publicadas na grande imprensa nacional, investidores, empresas, ex-ministros do Meio Ambiente e da Fazenda vêm alertando sobre riscos de perda de investimentos no país devido à política ambiental do atual governo. Segundo estes alertas, não há ações e planos para combater o desmatamento, mesmo diante dos números oficiais crescentes do Inpe.

De acordo com padrões internacionais, inclusive de vários alertas de setores produtivos, o governo nacional deve agir contra danos ambientais, o que inclui a adoção de medidas para estabelecer, manter e garantir o cumprimento de marcos jurídicos e institucionais eficazes para garantir um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável. As políticas do governo Bolsonaro desrespeitam essas obrigações.

Diante dessas, solicitamos as seguintes informações:

- Número de operações de combate ao desmatamento, por exercício, realizada nos últimos 5 anos, pelos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente, nos diversos biomas brasileiros.
- Número de autuações, por exercício, realizadas nestas operações, informando o valor das atuações e o órgão que lavrou os autos de infração.
- Qual o número de multas que foram encaminhadas para a câmara de conciliação criada pelo MMA? Quantas reuniões da Câmara de Conciliação foram realizadas desde a sua instalação? Qual a composição da Câmara de Conciliação?

- Qual o órgão que coordenava, nos últimos cinco anos, estas operações de combate ao desmatamento? Como foram realizados os planejamentos dessas operações? Quais os órgãos do governo federal que participaram dessas operações? Qual o critério para definir os locais das operações?
- Foram realizadas a apreensão de equipamentos ou destruição conforme previsão na legislação, informando o número por exercício e por unidade da federação?
- Foram realizados embargos de áreas nestas operações, informando por Estado, número de áreas embargadas e perímetro?
- Qual foi o orçamento utilizado nestas operações, informando a origem do recurso por ano e quais as operações que receberam este recurso nos últimos 5 anos? Houve repasse de recursos internacionais para realizar as operações? Houve repasse do orçamento dos órgãos vinculados ao Ministério da Defesa para realizar as operações de combate ao desmatamento dos diversos biomas informando o repasse realizados para estes órgãos nos últimos 5 anos e quais as operações que foram realizadas?
- Quais as metas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm? Houve atualização das metas do Plano? Qual o órgão do Ministério do Meio Ambiente é responsável pelo Plano? Quais os ministérios envolvidos no cumprimento das metas?

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 2020.

**NILTO TATTO
ANANIAS**

Deputado Federal PT/SP
PT/MG

PATRUS

Deputado Federal

**JOÃO DANIEL
ASSUNÇÃO**

Deputado Federal PT/SE
PT/BA

VALMIR

Deputado Federal

MARCON

Deputado Federal PT/RS



Documento eletrônico assinado por Nilto Tatto (PT/SP), através do ponto SDR_56382, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

Apresentação: 03/08/2020 15:10 - Mesa

RIC n.939/2020



Requerimento de Informação **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Solicita informações ao Sr. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente sobre as operações de combate ao desmatamento, realizadas nos últimos 5 anos no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD203544735800, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 2 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 3 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 4 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 5 Dep. Marcon (PT/RS)